

Artigo

O LABORATÓRIO DE FILOSOFIA AFRICANA GERU MAÃ NA UFRJ E OS DESAFIOS PARA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE FILOSOFIA AFRICANA E AS RELAÇÕES RACIAIS

THE AFRICAN PHILOSOPHY LABORATORY GERU MAÃ AT UFRJ AND THE CHALLENGES FOR KNOWLEDGE PRODUCTION ABOUT AFRICAN PHILOSOPHY AND RACIAL RELATIONS

EL LABORATORIO DE FILOSOFÍA AFRICANA GERU MAÁ AT UFRJ Y LOS DESAFÍOS PARA LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTOS SOBRE LA FILOSOFÍA AFRICANA Y LAS RELACIONES RACIALES

Katiúscia Ribeiro 

Resumo

O presente artigo intitulado de "O Laboratório de Filosofia Africana Geru Maã na UFRJ e os desafios para produção de conhecimento sobre filosofia africana e as relações raciais" tem por objetivo propor uma nova política de identidade que, dentro do campo da filosofia, realizar uma crítica às teorias hegemônicas para que as mesmas sejam revistas no intuito de se adicionar outros conhecimentos epistemológicos que combatam o racismo em nossa sociedade claramente diversificada.

Abstract

The present article entitled "The Laboratory of African Philosophy Geru Maã at UFRJ and the challenges for producing knowledge about African philosophy and race relations" aims to propose a new identity policy that, within the field of philosophy, seeks ways to preserve the importance of African thinking. For that, it is necessary to criticize the hegemonic theories so that they can be revised in order to add other epistemological knowledge that combat racism in our clearly diversified society.

Resumen

El presente artículo titulado "El Laboratorio de Filosofía Africana Geru Maã en la UFRJ y los desafíos para producir conocimiento sobre la filosofía africana y las relaciones raciales" tiene como objetivo proponer una nueva política de identidad que, dentro del campo de la filosofía, lleve a cabo una crítica a las teorías hegemónicas para que puedan revisarse a fin de agregar otros conocimientos epistemológicos que combatan el racismo en nuestra sociedad claramente diversificada.

Palavras-chave: Filosofia Africana; Identidade; Epistemologia.

Keywords: African Philosophy; Identity; Epistemology.

Palabras claves: Filosofía africana; Identidad; Epistemología.

Não há nada mais correto para os povos africanos ou pessoas africanas no mundo, do que a nossa própria experiência histórica. Se nós estamos engajados no processo de maturidade, então precisamos estudar a nossa própria cultura, a nossa filosofia, precisamos honrar nossos ancestrais, precisamos respeitar as tradições filosóficas que durante milhares de anos produzimos. Não podemos simplesmente jogar isso fora, mas a experiência da escravidão, escravatura do colonialismo, o

idealismo nos colocaram longe de nós mesmos, ficamos desorientados e, conseqüentemente, nos tornamos imitações da Europa.

Dr. Molefe Kete Asante

A epígrafe acima, do filósofo Molefe Kete Asante, é contundente e diz muito sobre as provocações e questões apresentadas ao longo deste texto. No cenário filosófico, dificilmente encontramos discussões acerca de filosofias produzidas pelos povos africanos e seus descendentes, também observamos a ausência de debates críticos sobre o racismo, as relações étnico-raciais e os desdobramentos dessas questões, o que identificamos é a invisibilidade da filosofia africana. A colonização reservou à Europa o lugar hegemônico nos últimos cinco séculos. Esse projeto, baseado na expansão de novos acordos econômicos, construiu teorias e práticas partindo dos pressupostos civilizatórios Europeus, baseados nos interesses dos Estados Europeus da Coroa e do Clero. Esses referendaram os valores e crenças a partir do pensamento ocidental, construíram todos os conceitos que servem como referências primordiais, forjaram perfis identificatórios a partir das intencionalidades dos colonizadores, fazendo com que a humanidade os tivesse a como a única referência civilizatória.

Um dos argumentos mais sólidos que permearam a colonização era a tese de animalização dos corpos africanos, para os colonizadores os sujeitos africanos não dotavam de humanidade que pudesse garantir seu direito de viver, assim sua liberdade física e subjetiva poderia ser violada uma vez que se distanciava da condição humana assegurada pelos domínios da razão. A ideia filosófica que somente os Seres Humanos presentes na realidade helênica – Os Ocidentais – era por natureza dotados de razão garantiu o sucesso do planejamento colonial. Se somente os ocidentais eram capazes de pensar, logo existir, aqueles que estavam fora do eixo humanitário ocidental não possuíam razão os definindo como animais capturáveis e domesticáveis. O comércio escravocrata transatlântico, a violência sistemática dos corpos negros, o genocídio crescente, a desvalorização das vidas negras que compõe a base do racismo moderno tem sua gênese na lógica filosófica da racionalidade.

A filosofia é o ato de pensar, de criticar, educar, refletir, enquanto a educação é o método pelo qual o Ser adquire conhecimento, possibilitando ao aluno reflexões sobre temas inerentes a sua existência. A conjugação desses dois pontos importantes Filosofia e Educação antirracista pode ser mediada com a implementação da lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", falamos da lei 10.639/03.

Sancionada em 09 de janeiro de 2003, a lei 10.639/03 torna-se a ferramenta primordial na reconstrução imagética do continente africano, integrando o diálogo antirracista, inexistente nos espaços escolares, tornando os alunos menos refratários a diversidade étnico-racial, construindo na criança negra a referência positiva frente a sua história. Contrariando a história convencional, apresentada nas escolas a história dos povos negros, a qual não se inicia na escravidão, mas sim muito antes dos africanos serem submetidos à condição de escravizados, aliada a filosofia possibilita ao estudante uma reavaliação dos percursos identitários de grupos historicamente inferiorizados e marginalizados na história. Aliando-se à educação antirracista, possibilita a

crítica aos locais de subalternização histórica a que os povos negros foram submetidos. Percebemos que a lei 10639/03 precisa ser a mediadora desse diálogo, a ela compete à responsabilidade de adentrar os currículos escolares e permitir que o aluno conheça sua história.

No entanto, é preciso que o ensino de filosofia perceba a importância de estreitar os diálogos com a educação antirracista. Nesse sentido, a razão, fonte suprema no pensamento filosófico, precisa redesenhar-se dentro de um modelo de razão antirracista, conduzindo seu interlocutor a eliminar ações de cunho racial, operando de forma justa e crítica. A filosofia, como nos diz Nogueira (2014), opera com a razão a partir de princípios raciais, reforçando o lugar de inferioridade, sobretudo cognitiva, da população negra. Seria oportuno que a filosofia tomasse para si a responsabilidade de operar a razão crítica do epistemicídio, garantindo reflexões comprometidas e salutares na luta antirracista.

Apenas operando com uma razão crítica do epistemicídio da colonialidade ocidental, a filosofia poderá ser antirracista. Em busca de uma razão aberta e afroperspectivista, a filosofia pode promover um aprendizado antirracista e edificante. É preciso, também, desafiar o racismo epistêmico, denunciá-lo, se colocar radicalmente contra ele em todos os aspectos (NOGUERA, 2014, p. 98).

Nesse sentido, tornamos a afirmar que o papel do corpo docente é primordial nesse processo, proporcionando o ato de investigar, ler, compreender, apontar e sugerir leituras que conduzam o aluno a identificar o lugar de África na história do mundo, argumentando e assumindo uma posição racional dentro das ementas previstas na lei 10639/03. Uma medida segura para esses profissionais de educação seria pensar a filosofia em perspectivas africanas – uma filosofia afroperspectivista. A filosofia afroperspectivista, como diz Nogueira (2014), utiliza de referências africanas para compreender a própria filosofia africana. A razão moldada por essa perspectiva responsabiliza-se por eliminar o racismo e recorre a culturas africanas, garantindo reflexões fundamentais nos espaços escolares, diálogos firmes com a educação das relações étnico-raciais, descentralizando os saberes eurocêntricos. A defesa de um ponto de vista particular da filosofia acende diálogos para outras perspectivas filosóficas, dividindo o protagonismo grego. O ensino de filosofia numa abordagem afroperspectivista pode promover argumentos filosóficos em favor de organizações políticas fora do paradigma ocidental vigente (NOGUERA, 2014, p. 98).

A desestabilização do racismo por meio da educação necessita de bases filosóficas para o alcance de tal feito, por meio de produção de conhecimento e reflexão dos alunos frente às questões raciais. A lei 10639/03 tem por objetivo devolver aos alunos uma parte da história suprimida pelos processos coloniais, isso significa que a educação deverá oferecer aos corpos discentes oportunidades de adquirir autonomia, emancipação e superação da submissão, que não dialoga com a razão, fonte de emancipação do ser humano.

O combate ao racismo em sala de aula passa por refletir sobre a emancipação dos povos negros, emancipar significa possibilitar o acesso do ser humano à própria condição de sua humanidade, reconhecendo que esse corpo existe como matéria e pensa como intelecto. Se “pensa, logo existe”. Por essa razão é fundamental a inserção da lei 10639/03 nos currículos e ementas

filosóficas. Porém, para cumprir tal objetivo, a filosofia deverá adequar-se às exigências da lei 10639/03, comprometendo-se com um corpo de ações afirmativas no campo epistêmico, como bem nos apresenta Nogueira (2014), tomando para si a epistemologia afroperspectivista como base dessa ação.

A supremacia racial eurocêntrica traduz, entre outras coisas, a ausência de conteúdos que valorizem o legado e a história dos povos negros nas ementas escolares, subtraindo o lugar existencial desses povos. Essa ação é proposital nas ideologias do racismo, parasitando essa população, sobretudo as crianças negras no período escolar. Nesse sentido, o ensino de filosofia dentro das normas da lei será primordial em suas construções subjetivas, sustentando o local de inferioridade, sobretudo cognitiva. A aplicabilidade da lei 10.639/03 garante a reflexão sobre os saberes africanos nos espaços escolares, ampliando a possibilidade de leitura e reescrevendo a história desses povos, passando a ser a ferramenta primordial na reconstrução imagética do continente africano, refletindo filosoficamente sobre seu lugar, (re) construindo na criança negra a referência positiva de sua história. A proposta de uma sociedade mais simétrica e multipolar passa pelo reconhecimento de sua história. O filósofo senegalês Cheick Anta Diop define a importância de cada povo conhecer sua história, garantindo a partir dela sua localização na própria história do mundo. Diz ele:

É preciso conhecer a história dos outros, mas é preciso primeiro se conhecer a si mesmo. Porque se não um povo que perde a sua memória histórica se torna um povo frágil, um povo sem união. É a consciência histórica que nos permite sermos um povo forte (DIOP, 1954, p. 93).

Esse é o desafio proposto pela educação antirracista ao ensino de filosofia, estabelecer formas de reforço subjetivo através da educação, ampliando seus ensinamentos e permitindo aos alunos um exercício responsável de si e outrem, incorporando, como diz Nogueira (2014), uma epistemologia afroperspectivista, capaz de trilhar novas possibilidades e proporcionar uma efetiva descolonização do pensamento. Essa é a chave que abrirá as portas da razão, responsável pela liberdade dos povos atingidos pela supressão racial, sobretudo a liberdade mental. As definições do sujeito passam a ser deliberadas pelo padrão epistêmico vigente, o sucesso dessa empreitada foi possível devido a recusa da análise de outros modelos existentes, eles fizeram isso cometendo epistemicídio.

O filósofo sul-africano Mongobe Ramose define o epistemicídio como a colonização, o assassinato e a recusa da produção de conhecimento de determinados povos, ao matar suas epistemologias acaba indiretamente matando o próprio ser que por elas se constituem, reconhecendo, no processo de colonização, a arma letal que neutraliza a humanidade dos povos africanos. É na colonização que os seres africanos passam a não existirem como sujeitos humanos e históricos, caracterizando sua invisibilidade e morte epistêmica tangenciadas nas epistemologias ocidentais. Dessa forma, Ramose inicia suas investigações apontando o eurocentrismo como propulsor desse fenômeno, uma vez que se nutre filosoficamente de conhecimento.

Os conquistadores da África durante injustas guerras de colonização se arrogaram a autoridade de definir a filosofia. Eles

fizeram isso cometendo epistemicídio, ou seja, o assassinato das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados. O epistemicídio não nivelou nem eliminou totalmente as maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados, mas introduziu, entretanto, – e numa dimensão muito sustentada através de meios ilícitos e “justos” –, a tensão subsequente na relação entre as filosofias africana e ocidental na África. Um dos pontos fundamentais da argumentação nesse ensaio é investigar a fonte de autoridade que supostamente pertence ao Ocidente para definir e descrever, em última instância, o significado de experiência, conhecimento e verdade em nome dos povos africanos (RAMOSE, 2011, p.9).

Ramose corretamente coloca no centro desse debate as relações injustas construídas no período colonial, relações desiguais entre Europa e África. O continente europeu, nos seus quase 500 anos de hegemonia escravocrata sobre os povos, redesenhou o olhar frente ao continente africano, inferiorizando-o para manter sua supremacia e redefinir os agentes da história, centrando na Europa todo e qualquer protagonismo já existente, tornando-os referências únicas e universais.

Para o autor, seres africanos passam a não existir como seres humanos durante o processo de colonização, caracterizando a eliminação do protagonismo desses povos no cenário mundial, bem como sinalizou Marimba Ani, e a partir desse momento nasce o olhar escravocrata que torna a identidade única dos povos africanos, sendo essa a porta de entrada dos seres africanos na história, eliminando qualquer atividade anterior ao processo escravocrata. O colonizador constrói no imaginário social a coisificação do sujeito africano, deixando-o completamente desmotivado e contribuindo para a sua miserabilidade física e mental. Nesse sentido, os tornou seres incapazes de contribuir com o pretense pensamento crítico e a história da construção das civilizações. O ato de coisificar, animalizar os corpos africanos foi exponencial nessa ação redutiva do ser negro, o papel da escravização dos povos africanos foi determinante na invisibilização do legado africano e os elementos do pensamento Platônico retroalimentavam essa ideologia. Cria-se uma necessidade lógica e prática para satisfazer as necessidades psicológicas e materiais do colonizador, eliminando de si seu lugar e suas referências.

O filósofo Renato Noguera nos apresenta com lucidez essa questão, reforçando o ponto de vista apresentado por Ramose e destaca que a colonização animaliza os povos africanos, o que ele denomina zoomorfização, eliminação da humanidade atribuída a um lugar de animalização.

Vale a pena registrar que uma espécie de racismo antinegro é a desumanização radical que se transborda em zoomorfização sistemática. Os povos negros foram interpretados pelos europeus como criaturas sem alma, animalizados, tomados como coisas. O eurocentrismo colonial dividiu os seres humanos em raças e desqualificou todos os povos não europeus; mas isso incluiu algumas gradações. E, sem dúvida, os povos africanos foram designados pelo eurocentrismo como menos desenvolvidos. A zoomorfização sistemática desses povos foi um elemento decisivo para embassar a escravidão negra (NOGUERA, 2014, p.25).

Ramose e Noguera, em conjunto na análise eurocêntrica, solapam as pretensões propositais do Ocidente de se outorgarem o centro referencial e modelo de excelência da humanidade, caracterizando como inferiores aqueles que se encontram fora de suas referências previamente construídas. A sustentação desse discurso só foi possível a partir da fundamentalização do racismo presente no período colonial, passando a ser o elemento nutritivo de todo e qualquer poder hegemônico conquistado nesse período e denunciam o racionalismo como base do racismo moderno.

Ramose (2011), ao refletir sobre os resultados obtidos pela colonização, observa que o sucesso do silenciamento frente aos povos africanos só foi possível porque apoiava-se em pelo menos dois pilares:

A colonização estava apoiada em, pelo menos, dois pilares. Um deles era o pilar da religião, a inspiração e a crença que a fé no Deus de Jesus Cristo demandava que cada ser humano no planeta Terra deveria ser cristianizado, mesmo contra a sua vontade. (WILLIAMS, 1990, 51) 2. O outro era a ideia filosófica que somente os seres humanos do Ocidente eram, por natureza, dotados de razão, sendo assim a única e autêntica personificação da famosa afirmação aristotélica “o homem é um animal racional”. É claro que essa posição filosófica sobre o Homem contrariava a decisão de cristianizar, já que o cristianismo era direcionado apenas a seres humanos. No nível conceitual, a contradição foi resolvida pelo Sublimis Deus, do Papa Paulo III (HANKE, 1937, p. 71-72) 3, que declarava expressamente que “todos os homens são animais racionais”. A declaração não eliminou a falácia psicológica solidificada na convicção de que “o homem é um animal racional” não se referia aos africanos, aos ameríndios, aos australasianos e, muito menos, às mulheres (RAMOSE, 2014, p. 23).

Com efeito, a visão eurocentrista da história praticou durante décadas a perpetuação da inferioridade do homem negro frente ao homem branco. Esse pensamento de superioridade eurocêntrica penetrou na sociedade, como exposto anteriormente, na época colonial, legitimando todo um sistema exploratório, como foi a escravidão. O racismo foi à chave para fechar aos povos africanos os sistemas de valores humanizatórios, culturais de sobrevivência, a animalização retira dos povos africanos a responsabilidade de incluí-los nas civilizações. O fator de opressão racial e animalização suprimiram, de todas as formas, a divulgação dos valores dos escravizados como sujeito histórico.

Nessa perspectiva, o racismo é o pilar de sustentabilização do processo colonial, a fim de asseverar o lugar de inferioridade dos povos africanos. A partir dessa constatação, chegamos à conclusão de que o racismo é a materialização do próprio epistemicídio, sendo o mediador de qualquer forma de dominação e inferiorização dos povos africanos, invalidando seus percursos humanos, culturais, religiosos e intelectuais. A partir daí a proposta do epistemicídio, da negação desse saber que age como autor invisível dos conhecimentos africanos epistêmicos, começa a ser configurada, apresenta-se essa ideologia de silenciamento epistêmico como uma metodologia ou perspectiva para um esvaziamento das produções epistêmicas do continente africano.

O continente Europeu arrogou-se o direito de definir os lugares existenciais dos povos africanos, alicerçado no discurso de autoridade construído durante a colonização. Foi essa dimensão de autoridade que, segundo Ramose (2014) definiu, entre outras coisas, as propriedades dos discursos epistêmicos: se estamos diante de um povo sem humanidade, logo, estamos diante de um povo incapaz de produzir epistemologias capazes de alcançar o pretense discurso filosófico. De acordo com esse raciocínio, a filosofia seria um saber única e exclusivamente dos povos humanos e dotados de razão, ou seja, o europeu. A desumanização do homem africano elimina por completo sua capacidade racional, a zoormorfização destina a esse homem a incapacidade de produzir pensamento cognitivo ao alcance da filosofia, logo, não é possível pensar fora do eixo europeu, referência principal da racionalidade humana, bem como pensar outras capacidades da realidade humana. Os sistemas operacionais racistas sempre estiveram presentes na história dos povos europeus, serviram e servem de base estruturante da perspectiva cognitiva e social de determinados povos, sustentando sua inferioridade, o fenômeno do epistemicídio representa a morte simbólica e subjetiva da população negra, uma das faces mais cruéis do genocídio negro, realidade que permeia a população negra antes, durante e após o período colonial.

O discurso filosófico ocidental mascara a lógica de dominação colonial eurocêntrica, resguardando ao eurocentrismo o poder de neutralizar outras epistemologias, tornando-se o único protagonista desse saber. Esse poder mencionado torna o conhecimento filosófico hegemônico creditando às filosofias ocidentais o centro do pensamento e referência epistêmica.

Os africanos têm outra forma de filosofar, outra sensibilidade filosófica outro paradigma filosófico, que colocam a reflexão filosófica a partir de uma dimensão antropológica diferente, mas procurando, ao mesmo tempo, como todos os outros povos do mundo, os mesmos elementos constitutivos. Ramose (2011) nos leva a refletir que o pensamento filosófico produzido pelos pensadores africanos seria o mentor do processo de descolonização mental, responsável pela sensibilidade argumentativa e sensitiva do processo de descaracterização que inferioriza os povos africanos, responsável única e direta de avaliar e reconstituir seu papel fundamental no pensamento no mundo, garantindo a humanidade africana exterminada por essa negação. Reintegrar a ela esse lugar é ação justa e necessária, que a filosofia ocidental precisa fazer, reconhecendo seu caráter valorativo nas contribuições filosóficas mundiais, não permitindo mais ao fenômeno epistemicida gerenciar essa avaliação.

A colonização reservou à Europa o lugar hegemônico nos últimos cinco séculos. Esse projeto, baseado na expansão de novos acordos econômicos, construiu teorias e práticas partindo dos pressupostos civilizatórios Europeus, baseados nos interesses dos Estados Europeus da Coroa e do Clero. Esses referendaram os valores e crenças a partir do pensamento Europeu, construíram todos os conceitos que servem como referências primordiais, forjaram perfis identificatórios a partir das intencionalidades dos colonizadores, fazendo com que a humanidade tivesse a Europa como única referência civilizatória.

Essa referência, imposta pelo eurocentrismo e alicerçada pela colonização mental, impôs às outras civilizações um único paradigma, distorcendo suas identidades, e passam a se perceberem através dos olhos do colonizador. Foi essa dimensão que ajudou a concretizar o local de inferioridade dos povos colonizados, tornando-os vítimas desse sistema opressor.

Tendo sido os africanos deslocados de seus referenciais identitários, surgiu a necessidade de pensar estratégias para reintegrar esses povos do continente africano a suas identidades, uma definição para que não mais se localizem e atuem à margem da experiência eurocêntrica. Muito do que foi produzido epistemologicamente e estudado para esses fins foi orquestrado do ponto de vista dos interesses europeus, reservando às nações de África a localidade marginalizada na história.

Assim, com o objetivo de reorientar os africanos à centralidade de sua história, um conjunto de intelectuais – continente e diáspora – desenvolve uma posição epistemológica que realoca os africanos como agentes de sua própria história. O processo de recentralizar o legado desses povos cria a possibilidade de um novo capítulo dessa narrativa, de ser reescrita com seus valores protegidos, agindo na libertação da mente do africano. Essa perspectiva denomina-se Afrocentricidade.

O professor Molefe Kete Asante é um dos principais articuladores desse paradigma. É através de sua figura que essa perspectiva ideológica toma visibilidade nos estudos de reintegração africana, é nos estudos e escritos de Asante que se fundamenta esse conceito e a possibilidade de que outros intelectuais possam desmistificar esse paradigma. Para Asante, a afrocentricidade é definida da seguinte forma:

A ideia afrocêntrica refere-se essencialmente à proposta epistemológica do lugar. Tendo sido os africanos deslocados em termos culturais, psicológicos, econômicos e históricos, é importante que qualquer avaliação de suas condições em qualquer país seja feita com base em uma localização centrada na África e sua diáspora. Começamos com a visão de que a afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre a sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos (ASANTE, 2009a, p. 93).

A supremacia política, cultural, religiosa, tecnológica eurocêntrica dos últimos 500 anos levou os povos dos seis continentes do mundo a interiorizarem a figura da Europa como aquela que precede a origem das civilizações. Pois bem, a consequência dessa percepção é que os povos desses continentes se tornam invisíveis e se tratando dos povos marginalizados pela colonização – os povos Africanos – essa invisibilidade ganha uma proporção muito maior, pois vem tangenciada pelo racismo. A proposta da Afrocentricidade trata justamente de “centrar” os povos africanos e reorientá-los na história, possibilitando encontrar sua localização e a partir dessa localização construir sua própria “agência”, para que os africanos possam desenvolver uma identidade positiva e assumir o controle de suas vidas.

A agência é a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana (...). Estou fundamentalmente comprometido com a noção que os africanos devem ser vistos como agentes em termos econômicos, culturais, políticos e sociais. O que se pode analisar em qualquer discurso intelectual é se os africanos são agentes fortes ou fracos, mas não deve haver dúvida de que essa agência existe. Quando ela não existe, temos a condição da

marginalidade – e sua pior forma é ser marginal na própria história (...) Os Africanos têm sido negados no sistema de dominação racial branco. Não se trata apenas de marginalização, mas de obliteração de sua presença, seu significado, suas atividades e sua imagem. É uma realidade negada, a destruição da personalidade espiritual e material da pessoa africana (ASANTE, 2008, p. 94).

Segundo Asante (2008), os africanos têm sido negados no sistema de dominação racial e encontrando-se em um estado permanente de “desagência”, algo que não é complicado de imaginar se retornarmos ao percurso histórico dos povos africanos desde as expansões territoriais da colonização.

Quando consideramos questões de lugar, situação, contexto, e ocasião que envolvam participantes africanos, é importante observar o conceito de agência em oposição ao de desagência. Dizemos que se encontra desagência em qualquer situação na qual o africano seja descartado como autor ou protagonista em seu próprio mundo (ASANTE, 2008, p. 95).

Nesse sentido, ao pensar a afrocentricidade Asante (1980) compromete-se com a noção de que os africanos precisam sair da marginalidade histórica e devem ser vistos como agentes em todos os termos, representativos, subjetivos e epistêmicos. O autor sustenta que o racismo predominante nos últimos séculos fez com que “os mais variados autores desprezassem as criações africanas, fossem elas na música, na arte, na dança ou na ciência, a ponto de considerá-las algo distinto do restante da humanidade” (ASANTE, 2009a, p. 97).

Com efeito, Asante não foi o primeiro intelectual de ascendência africana a criticar o eurocentrismo e desenvolver o pensamento afrocentrado. Podemos mencionara autora e afrocentrista Ama Mazama, intelectual que compõe com Asante o quadro de pesquisadores do primeiro programa de doutorado em estudos afro-estadunidenses na Universidade de Temple, na Filadélfia, na qual Asante leciona ainda hoje. Mazama compartilha da ideia de que a Afrocentricidade surge como um paradigma desafiador às propostas de dominação eurocêntricas responsáveis pelo desaparecimento do protagonismo dos povos africanos. Ama Mazama coloca esse tema da seguinte maneira:

Na verdade, a afrocentricidade sustenta que, a menos que os africanos se disponham a reexaminar o processo de sua conversão intelectual, que ocorre sob o disfarce de “educação formal” continuarão sendo presa fácil da supremacia branca. O que se sugere é que, em vez disso, os africanos se reancorem, de modo consciente e sistemático, em sua própria matriz cultural e histórica, dela extraíndo os critérios para avaliar a experiência africana. Assim, a afrocentricidade surgiu como um novo paradigma para desafiar o eurocentrismo, responsável por desprezar os africanos, destituí-los de soberania e torná-los invisíveis – até mesmo aos próprios olhos, em muitos casos (MAZAMA, 2009, p. 114).

A compreensão desse paradigma se dá por meio da centralidade e reconhecimento da experiência africana, a fim de reorientar cultural, social e

politicamente os africanos e os intelectuais afrocentristas para trabalharem a partir dos seguintes postulados:

1. A humanidade começou na África e todos os subgrupos ou variedades humanas contemporâneas, isto é, “raças”, são ramificações da árvore genealógica na África [...].
2. Dada a premissa acima, os caucasianos são os descendentes de africanos que migraram para a Europa há cerca de cinquenta mil anos e, com a renovação da Idade do Gelo há quarenta mil anos sofreram alterações fenotípicas que os fizeram perder o pigmento e embranquecer.
3. A cultura humana, como a própria humanidade, começa na África e atinge seu mais alto estágio, isto é, civilização, primeiro na África.
4. A civilização moderna se origina no nordeste da África, nas terras chamadas Ta-Seti e Kemet, mais tarde denominadas Núbia e Egito, entre aproximadamente seis mil e treze mil anos atrás.
5. O judaísmo e o cristianismo são, ambos, correntes de religiosidade humana que emanam do vale do rio Nilo nos sentidos conceitual, simbólico, de doutrina e de organização.
6. A civilização greco-romana foi um entre muitos subprodutos da civilização do vale do rio Nilo, isto é, do Egito e da Etiópia.
7. A ciência e a tecnologia ocidentais, assim como a religião originaram-se na África.
8. Houve uma série de viagens pré-colombianas da África até as Américas que se iniciaram aproximadamente em 1200 a.C. e continuaram até ao menos 1400.d.C. (FINCH III, 2009, p. 174-75).

Os pensadores afrocêntricos partem dos pressupostos apresentados acima para entender que é perfeitamente possível, e necessário, aos africanos se perceberem como agentes de sua história e a partir de então agir em função de seus próprios interesses, pois está evidente que a história e cultura do continente africano não são dependentes da história da Europa e de sua avaliação sobre a África. O resplandecer do legado africano será efetivo quando formos capazes de construir um corpo de conhecimentos que articule nossas experiências presentes com as das clássicas civilizações do continente.

O princípio organizador que determina a percepção de toda a realidade é a centralidade da experiência africana para os povos africanos – o único que nunca pode ser questionado por quem se declara afrocêntrico. O afrocentrista não vai questionar a ideia da centralidade das ideias e valores africanos, mas discutirá sobre o que os constituiu (MAZAMA, 2009, 117).

Nesse sentido, reafirmamos que o conceito de agência, apresentado acima, é de fundamental importância, pois é a partir dele que poderemos investigar, a título de exemplo, a agência da filosofia africana, ponto chave deste trabalho, nas questões mais relevantes de seu reconhecimento, retirando os africanos, assim, da condição de marginalidade em sua própria história.

Tomamos como exemplo a edificação de diversos conceitos que compõem o percurso histórico da filosofia, sobre questões substanciais na

construção do indivíduo, quais foram as contribuições dos filósofos africanos? Eles concordavam com os múltiplos pensamentos e conceitos pensados ao longo desse percurso? Quais os nomes de importantes filósofos dessa era? Como eles pensavam? Como eles reagiam? Quais eram seus questionamentos? E como concebiam o sentido da filosofia? Praticamente não sabemos como responder a essas e outras questões relativas à filosofia africana, pois a nós elas são totalmente negadas e substituídas por conhecimentos ocidentais o que revela o caráter eurocêntrico, ou seja, antiafricano na história da filosofia.

Nessa perspectiva, os estudos formulados por Asante são imprescindíveis no que se refere à localização psicológica dos seres africanos. Através dessa localização é possível verificar a perspectiva que orienta o trabalho de qualquer pesquisador. A característica do trabalho apresentado por esse pesquisador demonstra qual sua centralidade e posição em relação ao mundo africano, isso se dá pelo modo como ela se relaciona com a informação africana. Se a narrativa identifica os africanos como “outros”, percebemos que os vê diferente de si mesma (ASANTE, 2009a, p. 96). Observemos o seguinte exemplo fornecido pelo autor:

Por exemplo, não havia quase nenhuma possibilidade de um médico branco do sul diagnosticar correta e adequadamente os pacientes africanos durante a escravidão. Médicos estavam pobremente localizados para elaborar uma conclusão correta do que viam. Em seu penetrante estudo afrocentricSlaveryand Medicine, Katherine Bankole examinou a medicina escrava somente para mostrar que os médicos que atendiam os africanos eram tão influenciados pelo sistema de supremacismo branco que viam todas as doenças africanas no contexto da superioridade branca e inferioridade negra [...]. Os pressupostos que faziam os médicos diagnosticarem os africanos equivocadamente eram baseados em suas atitudes sobre a escravidão. Como africanos poderiam querer algo além da escravidão? Assim, qualquer africano que fugia do trabalho forçado deveria sofrer de uma forma particular de drapetomania, o desejo de deixar esta modalidade de trabalho. Se um africano mostrasse desgosto pela escravidão, pelo capataz ou pelo senhor, ele ou ela era diagnosticado como tendo rascality, uma doença de africanos que são irritados pelo seu ambiente (ASANTE, 2002, p. 8).

Para Molefi Kete Asante, Ama Mazama, bem como para qualquer outro intelectual que intitule-se afrocentrista, uma perspectiva que marginalize os africanos em sua história é totalmente rejeitável. Com que autoridade, os médicos analisados por Bankole pressupunham que os africanos têm como seu estado natural a escravidão? É partindo de premissas como a destacada na citação, que Asante defende a importância de identificar a localização psicológica do autor, pesquisador, intelectual que pretende trabalhar com os elementos que compõem a experiência africana. Desse modo, saberemos de que local parte o seu discurso e qual seu propósito frente a ele, se serve como ferramenta emancipatória ou manutenção do discurso eurocêntrico de invisibilidade, é fundamental assumir esse compromisso com a agência dos povos oriundos da África.

Isso nos leva à defesa dos subsídios dos saberes africanos. Nessa perspectiva, cabe ao afrocentrista proteger e defender os valores e elementos substanciais do continente, tendo em vista um projeto de humanidade que de fato respeite o modo de ser africano e o reintegre à história, libertando-os do exílio existencial. Portanto, para Asante, a realização desse feito central só se dará quando todos os elementos linguísticos, psicológicos, sociológicos e filosóficos, visando uma autêntica compreensão das características culturais africanas contruirem sua agência (ASANTE, 2009). Para escapar dessa visão de mundo, que marginaliza os africanos em sua própria história, uma das estratégias pode e deve vir pela via da educação com o compromisso do ensino e aprendizado, por meio da agência educacional e devolutiva do legado africano, reintegrando um espólio histórico e epistêmico covardemente negado.

O filósofo e professor Wanderson Flor do Nascimento, em seu artigo O Currículo de Filosofia Brasileiro entre Discursos Coloniais: A Colonialidade e a Educação (2010), discute o silenciamento de produções africanas no currículo de filosofia brasileiro como um sintoma de uma internalização dos discursos coloniais que constituíram a maneira moderna de lidarmos com a filosofia, com a educação, com o ensino de filosofia. O autor nos diz que essa ideia, desenvolvida nos discursos educacionais, parte de uma concepção colonial e que essa vida a ser pensada é uma vida colonizada, esse pensamento é apresentado com a seguinte demonstração:

Muitos discursos educacionais afirmam hoje a educação como uma preparação para a vida. Mas que vida é essa? A ideia básica que podemos inferir dos discursos desenvolvimentistas educacionais – a partir de uma perspectiva de uma crítica descolonial – é de que a vida a ser formada, a ser desenvolvida será uma vida colonizada. Esta vida estará de uma maneira fundamental vinculada a um ideal de realização fundado em uma imagem globalizada da experiência, dos saberes (e dos modos de “adquiri-los”), das práticas – sobretudo àquelas que estão vinculadas ao mundo do trabalho em uma sociedade capitalista que se articula em torno de princípios de exclusão e competitividade (FLOR DO NASCIMENTO, 2010, p. 13).

Nesse sentido, é seguro afirmar que o pensamento conta com as medidas educacionais que ajudam na construção do indivíduo, pois a educação aparece como a ideia de futuro, essa vida “colonizada” tem a figura de um ser que precisa ser reeducado enquanto a criança essa educação necessariamente precisa passar pelo filtro educacional das instituições de ensino, assegurando as investidas no desenvolvimento educacional. As ementas curriculares integram esse ideal e nelas estão assegurados os valores e conhecimentos transmitidos, assumindo diferentes orientações conforme as várias teorias da educação. A importância da sistematização desses conteúdos compõe o projeto de salvar vidas, introjetado nas ideias educativas. As habilidades que compõem o percurso educacional responsabilizam-se pelo desenvolvimento e transportam os conhecimentos, a fim de suprir o padrão de excelência exigido e, evidentemente, esse padrão encontra-se dentro do modelo educacional que acaba por construir esse sujeito colonial.

E esta é uma opressão justificada, pois está marcada pela “boa vontade” civilizatória, pela boa intenção modernizadora, pela generosidade

desenvolvimentista/desenvolvedora que tem como objetivo “salvar” essa vida, essa infância marginal, bárbara, selvagem (FLOR DO NASCIMENTO, 2010, p. 13) A realidade moderna é atravessada por valores eurocentrados, a preparação desse estudante sofre influências diretas desses valores, o desenvolvimento dessas competências ajuda na sua construção subjetiva, está submetido aos ideais eurocêntricos, excluindo “outras vozes” que poderiam ser ouvidas nesse desenvolvimento. Porém, ao contrário disso, os segmentos educacionais ensinam o indivíduo a tolerar essas vozes e superá-las, à medida que vai se constituindo, moldando nessa educação formal, florescendo como sujeito colonial.

É possível perceber que as competências curriculares ganham um papel de destaque nesse percurso subjetivo, pois cabe a ela os moldes doutrinários do conhecimento adquirido nesse processo. A filosofia acaba por ocupar um papel primordial nessa construção, pois cabe a ela reservar ao indivíduo ferramentas para a construção do pensamento crítico, porém a filosofia integra por completo esse quadro de competências que se dispõe a ouvir outras vozes.

Embora a filosofia, na contemporaneidade, seja produzida nos cinco continentes e com conceitos importantes sendo produzidos em todos eles, o locus privilegiado de enunciação da filosofia segue sendo eurocêntrico. A marca mais importante deste fenômeno se mostra no fato de que nos currículos dos cursos de filosofia de todo o mundo aparece um cânone comum que é basicamente europeu (com poucas contribuições norte-americanas). A própria historiografia da filosofia é eurocentrada, o que acaba por invisibilizar as produções existentes fora da Europa e Estados Unidos (FLOR DO NASCIMENTO, 2010, p. 17).

Pois bem, se pegarmos essa compreensão descrita por Flor do Nascimento, percebemos que ela facilmente se aplica aos modelos curricular propostos pelas academias brasileiras. Ao analisar suas ementas, percebemos que o currículo se propõe a formar o indivíduo de acordo com os modelos hegemônicos vigentes, em se tratando dos currículos de Filosofia constata-se que todas as ementas que o integram dizem respeito às filosofias ocidentais.

Nesse sentido, é de caráter emergencial a criação de espaços institucionalizados debruçados em desenvolver pesquisas no campo das epistemologias não ocidentais trilhando novos caminhos para os currículos educacionais, destaca-se neste trabalho laboratórios acadêmicos que estão na contramão dos conhecimentos negligenciados pelo epistemicídio.

O laboratório Geru Mãe de Africologia e estudos Ameríndios, fundado em setembro de 2017, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é pioneiro em pesquisas epistemológicas não ocidentais, centrando seus estudos nos saberes essencialmente Africanos e Ameríndios. O laboratório ratifica os saberes filosóficos africanos e ameríndios, com o intuito de trazer uma leitura que reverbere na perspectiva dos sujeitos contemporâneos. Apontando realidades epistêmicas, políticas, subjetivas, estéticas, entre outras, diferentes das aspirações ocidentais, tendo a responsabilidade de buscar nas referências ancestrais africanas/ameríndias, princípios úberes que contribuam na vida desses sujeitos na atualidade, possibilitando também aos alunos a imersão em tipo de conhecimento que ainda não está disponível nas universidades. Um saber que não tem enfoque nas máximas ocidentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de uma análise filosófica, investigamos possibilidades no campo da filosofia, a fim de resguardar a importância do pensamento africano. Como vimos ao longo desse artigo, fez-se uma crítica às teorias ocidentais hegemônicas. Não se trata de descartar o pensamento ocidental vigente, mas sim integrar a ele outras epistemologias e conhecimentos válidos.

Portanto, a política de identidade, que buscamos apresentar aqui, provém dos estudos iniciais de diversos pensadores responsabilizados com a reintegração das realidades do povo negro, sua história e reflexões eficazes das relações raciais. Os estudos antirracistas, aqui brevemente analisados, ao negarem a inferiorização dos indivíduos não-brancos e a desumanização de negros e africanos, não defendem o fim das identidades raciais, mas antes, o conhecimento do seu modo de operação no passado e no presente, tendo em vista o combate ao racismo, tantas vezes camuflado em nossa sociedade. Nesse sentido, as críticas ao pensamento ocidental, aprofundadas de modo significativo pelos estudos afrocêntricos aqui apresentados, ressaltam o papel racista e silenciador assumido pela filosofia ao longo da história das epistemologias vigentes. Esse silenciamento parte da proporcionalidade e da dimensão alcançada pelo racismo.

No presente trabalho, entendemos que o paradigma eurocêntrico se originou nos mais de quatro séculos de dominação colonial. Essa ideologia acabou por eliminar o indivíduo africano como sujeito, reservando a ele o local de inferioridade e não-humanidade, percebido de forma totalmente animalizada, destituindo-o de qualquer possibilidade de protagonismo histórico e epistêmico.

Assim, a teoria de descolonização mental, desenvolvida por Franz Fanon, é revisitada, considerando o efetivo uso de pensar a descolonização como a ferramenta primordial para combater a violência e lidar com os danos geracionais e psicológicos decorrentes do colonialismo, bem como a busca de outros modelos de humanidade para além do europeu.

Essas considerações nos levam a um importante questionamento: quais os caminhos possíveis para repensar o aniquilamento provocado pela colonização? Iniciativas como as do Laboratório Geru Maa servem como experiências positivas para a efetivação das realidades epistêmicas que sistematizam o pensamento ocidental como hegemônicas.

Pois bem, essa foi a questão que motivou a construção deste trabalho. Convidamos os leitores a pensarem, a partir de um viés afrocêntrico, uma proposta epistemológica do lugar de fala, dando um sul como possibilidade de centralizar o pensamento filosófico. Com isso, garantir a responsabilidade dos conteúdos africanos nas ementas educacionais, exigidos pela lei 10.639/03 que se propõe a tornar o espaço educacional mais diversos e plural, respeitando o legado histórico de todos os povos que construíram a história do mundo. Demonstrar que, assim como os sujeitos ocidentais, os africanos também produziram conhecimento válido.

Todos os seres humanos adquiriram, e continuam a adquirir sabedoria ao longo de diferentes rotas nutridas pela experiência e nela fundadas. Neste sentido, a filosofia existe em todo lugar. Ela seria onipresente e pluriversal, apresentando diferentes faces e fases decorrentes de experiências humanas particulares (OBENGA, 2006, p. 49). De acordo com este raciocínio, a

Filosofia Africana nasceu em tempos imemoriais e continua florescendo em nossos dias (RAMOSE, 2011, p. 6).

Assim, o caminho apresentado por Ramose, reforça a ideia de que não existe um dono ou criador do pretense pensamento filosófico, qualquer ser que produz reflexão cognitiva é capaz de produzir filosofia. É importante destacar que a proposta desse trabalho não é comprovar quem veio antes, mas sim assegurar a legitimidade do legado filosófico do povo africano e partir dele possibilitar análises mais justas de suas realidades.

Essas pontuações são parciais e, sem dúvida requerem maiores diálogos, trocas e compreensões. Elas são um convite profundo a outras inflexões de reflexões, um exercício intelectual contra o racismo epistêmico, especialmente em sua face antiafricana. Dessa forma, a ideia de uma educação integradora para a diversidade precisa se adequar ao modelo proposto pela lei 10639/03. A filosofia precisa estar disposta a dialogar e reconhecer outras perspectivas epistêmicas que também compõem o pretense pensamento filosófico. O ensino de filosofia precisa comprometer-se de fato com as questões raciais e encarar o desafio de possibilitar ao indivíduo a capacidade de refletir fora do lugar de colonização construído pelo percurso colonial, que caracterizou o lugar do sujeito, sobretudo os sujeitos negros que foram submetidos a uma condição de alienação mental, na qual não reconhecem sua localização na história, refletindo nos desdobramentos atuais que compõem esse indivíduo.

Ampliar as possibilidades de estudos e pesquisas que possam reescrever a história da própria filosofia, inserindo outros protagonistas em seu legado – os agentes da filosofia africana. Incorporar epistemologias com responsabilidades afrocêntricas, pautadas na agência do povo africano e sobretudo trilhar e possibilitar uma efetiva descolonização do pensamento. Dessa forma, a ideia de uma educação que integre a população africana nas ementas escolares, fazendo uso da teoria de eliminar o racismo em sala de aula, abolindo práticas docentes que por vezes reforçavam dores com a figura subalternizada dos africanos na condição de escravo, criando no imaginário social das crianças a inferiorização desses povos. Isso pode ser eliminado ao reconhecer o papel importante que os negros ocuparam na história, desenvolvendo uma sociedade capaz de dialogar e enriquecer a partir do conhecimento e incorporação de suas diferenças. Nesse sentido, as diferenças precisam ser vistas como positivas já que estruturam a tese de uma sociedade plural, a pluralidade é composta pelas diferenças, possibilitando a oportunidade para os ensinamentos de trocas que constituem o olhar sobre o que é ser sujeito de sua própria história pautada na sua agência.

REFERÊNCIAS

ANI, Marimba. Yurugu. An African-Centered Critique of European Cultural Thought and Behavior. Trenton: Africa World Press, 1994.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena. Filosofando: Introdução a filosofia. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2013

ASANTE, MolefiKete. The Afrocentric Idea in Education. The Journal of Negro Education, Philadelphiv. 60, n. 2, p. 170-180, 1991.

ASANTE, MolefiKete. The Afrocentric Idea. Filadélfia: TempleUniversity Press, 1998.

ASANTE, MolefiKete. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009a, p. 93-110.

ARAÚJO, Emanuel. Escrito para eternidade e literatura no Egito faraônico / Brasília: Editora Unidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

Bâ, Amadou Hampâte. As características da cultura tradicional africana: suas múltiplas facetas, a oralidade, mitologia, religiosidade e formas de expressão. Tradução In: ALPHA Sow, BALOGUN, Ola; AGUESSY, Honorat; DIAGNE Pathé. Introdução a cultura africana. Tradução Emanuel L. Godinho Geminiano Cascais Franco, Ana Mafalda Leite. Lisboa: Edição 70, 1977.

BRASIL. Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. Fundação Palmares. Declaração e Promoção de Ação. Durban. Ministério da Cultura, 2001.

BERNAL .Martin .Black Atena: the afroasiatic roots of classical civilization. Tomos I e II. New Brunswick: RutgersUniversity, 1988 – 1991.

CARREIRA, José Nunes. Filosofia antes dos Gregos. Lisboa: Publicações Europa – América, 1994.

CARNEIRO,Sueli.Em Legítima Defesa. Disponível em:<http://www.geledes.org.br/em-legitima-defesa/#gs.IQNYekU>. Acesso em 27 jan de 2017.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Introdução à Filosofia. 2 ed. São Paulo: Ática ,2013.

COTRIM. Gilberto, FERNANDES, Mirna. Fundamentos de filosofia. 2 .ed. São Paulo Saraiva, 2013.

DIOP, Cheikh Anta. The African Origin of Civilization: Mith or Reality? Westport: Lawrence Hill, 1974.

DIOP, Cheikh Anta. The Cultural Unity of Black Africa: The Domains of Patriarchy and of Matriarchy in Classical Antiquity. London: Karnak House, 1989.

DIOP, Cheikh Anta. Civilization or Barbarism: An Authentic Antropology. Chicago: Lawrence Hill Books, 1991.

DIOP, Cheikh Anta. A origem dos antigos egípcios. In: MOKTHAR, Gamal (Org.). História Geral da África, vol. II. A África Antiga. São Paulo: Cortez, 2011, p. 1-36.

FANON, Frantz. Em Defesa da Revolução Africana. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

FINCH, Charles S. A Afrocentricidade e Seus Críticos. In: NASCIMENTO, Elisa L. (Org.). Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 167-177.

FINCH, Charles S. NASCIMENTO, Elisa L. Abordagem Afrocentrada História e Evolução. In: NASCIMENTO, Elisa L. (org.). Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 37-69.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson; BOTELHO, Denise. Colonialidade e Educação: O currículo de filosofia brasileiro entre discursos coloniais. Revista SulAmericana de Filosofia e Educação. Cidade???, n. 14, p. 66-89, mai-out 2010.

FRANCA S. J., Leonel. O método pedagógico dos jesuítas: o "RatioStudiorum": Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

GALLO, Silvio. Filosofia: experiência do pensamento. São Paulo: Scipione, 2013.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03. Disponível: <http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>. Acesso em: 04 set. 2016

GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. Afrocidadanização: ações afirmativas e trajetórias de vida no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2013.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HARKOT, Elizabeth. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, 3.2012. Campinas /São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal de Campinas – IEL/UNICAMP

JAMES, George G. M. Stolen Legacy: the greek philosophy is a stolen egyptian philosophy. Drewryville: Khalifah's, 2005.

MAZAMA, Ama. A Afrocentricidade Como um Novo Paradigma. In: Elisa Larkin. Nascimento (Org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p.111-127.

MEIER, Celito. Filosofia: por uma inteligência da complexidade. 1. ed. Belo Horizonte: Fax Editora, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Superando o Racismo na Escola. In: Superando o Racismo na escola (Org). Kabengele Munanga. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

MALDONADO – TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boa Ventura; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Tradução e revisão organizada por Margarida Gomes. São Paulo: Cortez, 2010. p. 396 – 443.

MASOLO, Dimas. Filosofia e conhecimento indígena: uma perspectiva africana. In: SANTOS, Boa Ventura; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Tradução e revisão organizada por Margarida Gomes. São Paulo: Cortez, 2010. p. 313 – 339.

MOORE, Carlos. A África que incomoda: sobre a problematização de legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala 2008.

MOORE, Carlos. Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

NOGUERA, Renato. Afrocentricidade e Educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. Revista África de Africanidades, Rio de Janeiro, ano 3, n. 11, nov. 2010. Disponível em: http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/01112010_02.pdf. Acesso em 29 jul. 2014.

NOGUERA, Renato. O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639. Rio de Janeiro: CEAP, 2011.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a Educação: Um Ensaio Filosófico Para uma Pedagogia da Pluriversalidade. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação, Rio de Janeiro, n. 18, p. 62-73, mai.-out. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/7033/5556>. Acesso em: 29 jul. 2016.

NOGUERA, Renato. A ética da serenidade: o caminho da barca e a medida da balança na filosofia de Amen-em-ope. Ensaios Filosóficos, Cidade Rio de Janeiro, v. 8, p. 139-155, dez. 2013. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo8/noguera_renato.pdf. Acesso em: 22 jul. 2014.

NOGUERA, Renato. RIBEIRO, Katiúscia. ROSA, Ellen. Ensino de Filosofia e Relações Étnico-Raciais: Formação docente, PNLD e perspectivas antirracistas. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía; MÜLLER, Tânia Mara Pedrosa; SILVA, Carlos Aldemir Farias da (Org.). Formação de professores, livro didático e Escola Básica. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

NOGUERA, Renato. Kemet, Escolas e Arcádeas: A Importância da Filosofia Africana no combate ao racismo epistêmico e a lei 10.639/03. Dissertação de

Mestrado. Rio de Janeiro: Centro Federal de Educação Tecnológico Suckow da Fonseca, 2017.

OBENGA, Théophile. Egypt: Ancient History of African Philosophy. In: WIREDU, Kwasi (Org.). A Companion to African Philosophy. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2004. p. 31-49.

OBENGA, Théophile..African Philosophy The Pharaonic Períod: 2780-330 BC. Popenguine: Per Ankh, 2004a.

OBENGA, Théophile. La dissertation historique em Afrique. Les Nouvelles Editions; Presence Africaine, 1980.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boa Ventura; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Tradução e revisão organizada por Margarida Gomes. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84 - 130.

PEREIRA, Amílcar Araújo. O mundo negro: a construção do movimento contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. 268 p. Tese (Doutorado em 2010) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

RAMOSE, Mogobe. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. v. 4, p. 06-24, out. 2011. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf. Acesso em: 22 jul.2014.

RIBEIRO, Katiúscia. O que é Filosofia Africana? Investigações Epistemológicas acerca de sua Legitimade. 2013. Monografia (Graduação em agosto 2013) – Departamento de Filosofia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SECRETÁRIA ESTADUAL E EDUCAÇÃO – RIO DE JANEIRO. Currículo Mínimo 2012 de Filosofia. Rio de Janeiro: Secretária Estadual de Educação (SEEDUC-RJ). Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2012.